

PARECER ATUARIAL

PA: 13/2022

*PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO
ADVOGADO-PBPA*

OABPREV-SC

Avaliação Atuarial 31/12/2021



LUMENS
ATUARIAL

www.lumensatuarial.com.br

PARECER ATUARIAL 2021

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO-PBPA

1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2021 para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO-PBPA, administrado pela OABPrev-SC. Tem ainda como objetivo - com base nas informações relativas ao patrimônio para cobertura do plano - atestar o resultado técnico-atuarial e avaliar a evolução do plano de benefícios e do programa administrativo.

São também apresentadas as hipóteses atuariais a vigor no exercício de 2022, observada aprovação prévia da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e atestadas pelo Conselho Fiscal, em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e à Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

2. DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

As informações referentes aos ativos, aposentados e pensionistas para a Avaliação Atuarial foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2021 em formato "xls" e foram objetos de análise e testes de consistências, sendo consideradas consistentes para fins das análises.

Foram utilizadas, ainda, informações financeiras relativas ao Programa Administrativo, o histórico de cotas que reflete a rentabilidade líquida do plano, os dados cadastrais e financeiros utilizados nas Avaliações Atuariais anteriores, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios. A seguir são apresentadas estatísticas descritivas da população segurada pelo plano de benefícios:

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas: Participantes Ativos

	2020	2021
Nº de Participantes*	8.634	8.695
Idade Média (anos)	35,88	36,32
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	6,81	7,42
Contribuição Média	R\$ 201,36	R\$ 187,69
Saldo Individual Médio	R\$ 22.084,61	R\$ 22.986,34

* Para fins de estatística, foram considerados os participantes cujo cancelamento já foi solicitado, sendo devido o saldo de contas por meio de resgate ou portabilidade.

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas: Participantes Assistidos (Aposentados)

	2020	2021
Nº de assistidos	56,00	63,00
Idade Média (anos)	65,04	65,43
Tempo Médio de Filiação (anos)	14,18	15,30
Benefício Médio	R\$ 2.002,43	R\$ 2.557,87
Saldo Individual Médio	R\$ 179.242,64	R\$ 216.589,17

Tabela 3 - Estatísticas Descritivas: Beneficiários Assistidos (Pensionistas)

	2020	2021
Nº de Pensionistas	44	48
Idade Média (anos)	41	42
Benefício Médio	R\$ 1.319,00	R\$ 1.425,63
Saldo Individual Médio	R\$ 130.481,19	R\$ 115.380,37

3. HIPÓTESES ATUARIAIS

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, em seu art. 3º, determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

No mesmo artigo, porém, tal resolução determina que a comprovação de tal adequação é exigida apenas aos planos que possuam em sua estrutura regime mutualista / atuarial.

Porém, apesar de não haver desde 2014 (Redação da Resolução CNPC Nº 15/2014), por parte do órgão regulador, uma exigência quanto à comprovação da adequação das hipóteses aos Planos de Contribuição Definida (CD), visando a mitigação de riscos de imagem e de frustração das expectativas dos participantes, tais testes são realizados periodicamente, tendo como objetivo principal a adequação e sustentabilidade do plano às necessidades da população segurada.

Vale destacar que, em se tratando de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, tal hipótese não é considerada para apuração dos custos ou do plano de custeio, mas apenas para composição do fator de conversão, aplicado para apuração dos benefícios de prestação continuada aos participantes e beneficiários que optarem pela renda por expectativa de vida.

Importante ainda destacar que os benefícios são recalculados anualmente, mitigando-se os riscos de inadequação da hipótese a apenas um exercício.

Quanto à tábua de mortalidade, diante dos resultados apurados por testes estatísticos, foi deliberada a manutenção da hipótese em 2022. Portanto, adota-se a tábua BR-EMSsb-2015-f para apuração da expectativa de vida dos participantes e assistidos, válidos e inválidos.

Quanto à taxa real de juros, utilizada para converter os saldos em benefícios quando da concessão das rendas continuadas – apesar de a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 dispensar aos Planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida a comprovação da adequação da hipótese – foram realizados estudos para verificar a convergência da hipótese à rentabilidade futura estimada, considerando investimentos e desinvestimentos, recebimento de contribuições e pagamento de benefícios.

Com fundamentação em estudos prospectivos elaborados por esta Consultoria Atuarial, será mantida a taxa de juros de 4,24% ao ano para compor o Fator de Conversão no exercício de 2022.

Tal percentual está em conformidade com os limites estabelecidos pela Portaria Previc nº 228/2021 aos Planos estruturados na modalidade Contribuição Definida, cujos limites mínimo e máximo são, respectivamente, 3,26% e 5,06% ao ano.

Assim, observada a aprovação da Diretoria Executiva e Deliberação do Conselho Deliberativo, seguem abaixo as hipóteses formalizadas na presente Avaliação Atuarial de 2021 e que estarão vigentes no exercício de 2022:

- a) Taxa de Juros: 4,24% a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSsb-2015-f; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: BR-EMSsb-2015-f.

As considerações acerca da aderência e adequação das referidas hipóteses constam de documentos específicos disponibilizados anteriormente à Entidade.

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, esta Consultoria elaborou a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios em 31/12/2021, data base da presente Avaliação Atuarial:

Tabela 4 - Síntese - Provisões Matemáticas e Fundos

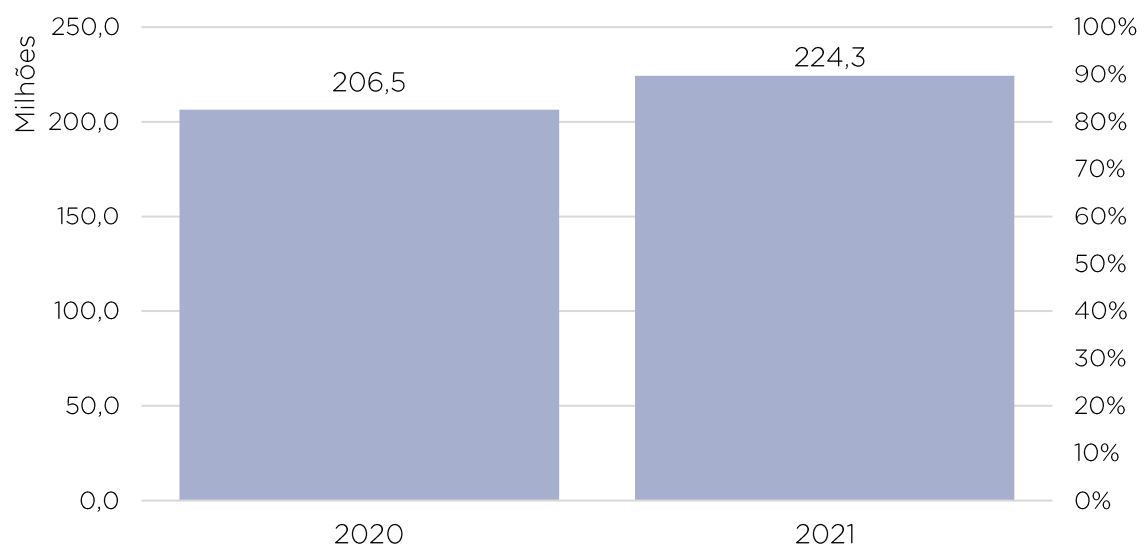
DESCRIÇÃO	31/12/2021
Patrimônio Social	R\$ 227.583.709,24
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 224.307.266,04
Provisões Matemáticas	R\$ 224.307.266,04
Benefícios Concedidos	R\$ 19.183.375,40
Contribuição Definida	R\$ 19.183.375,40
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 19.183.375,40
Benefícios a Conceder	R\$ 205.123.890,64
Contribuição Definida	R\$ 205.123.890,64
Saldo - Empregadores / Instituidores	-
Saldo - Participantes	R\$ 199.866.261,82
Saldo - Portabilidade de EFPC	R\$ 2.354.024,49
Saldo - Portabilidade de EAPC	R\$ 2.903.604,33
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
Fundos	R\$ 3.276.443,20
Fundos Previdenciais	-
Fundos Administrativos	R\$ 3.276.443,20
Fundos Dos Investimentos	-

Conforme demonstrado, o plano de benefícios PBPA, administrado pela OABPrev-SC, apresentou em 31/12/2021 o resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Por meio do gráfico a seguir se pode observar a evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano PBPA no exercício de 2021, foco da presente avaliação atuarial.

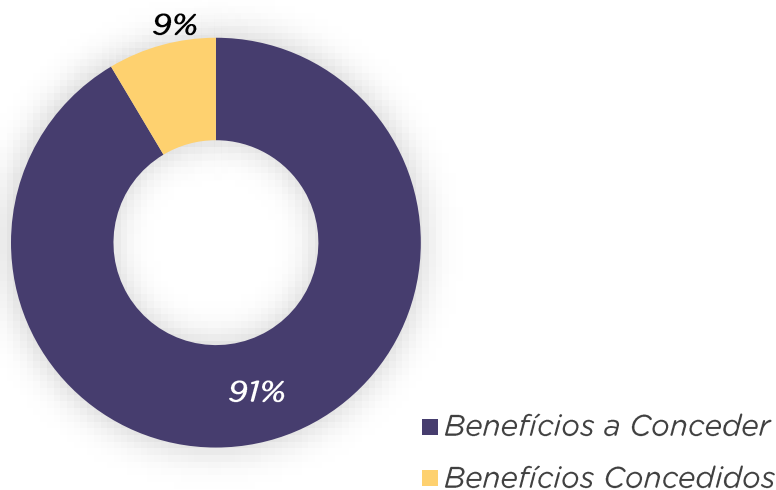
Gráfico 1 - Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano



Observou-se uma evolução de aproximadamente R\$ 18 milhões, quando se partiu de um Patrimônio de Cobertura do Plano (PCP) de aproximadamente R\$ 206 milhões no encerramento do ano de 2020 e alcançando, no encerramento de 2021, um montante que ultrapassa a marca de R\$ 224 milhões.

O Gráfico 2, por sua vez, aponta que as provisões matemáticas de benefícios a conceder - destinadas ao acúmulo de saldos para fazer frente aos benefícios futuros dos atuais participantes ativos - acumulam a maior parte dos recursos do plano, representando 91% do Patrimônio de Cobertura do Plano. As provisões matemáticas de benefícios concedidos, por sua vez, destinadas às obrigações do plano junto aos atuais aposentados e pensionistas, acumulam 9% do Patrimônio de Cobertura do Plano.

Gráfico 2 - Distribuição das provisões matemáticas - 31/12/2021



5. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

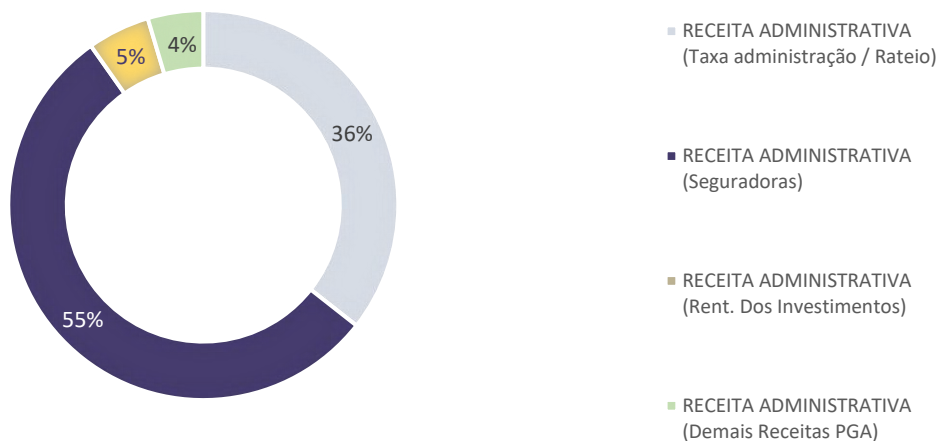
Adicionalmente, foi realizada análise retrospectiva com o objetivo de verificar a sustentabilidade do programa administrativo. Para isso foi utilizado o fluxo contábil de despesas e receitas administrativas relativas ao período de janeiro/2019 a dezembro/2021.

Observou-se no período mencionado uma despesa administrativa média de R\$ 172.120,66, e uma receita administrativa média de R\$ 199.401,46 alcançada pela aplicação das taxas administrativas e demais fontes de recursos previstos no Plano de Custeio.

A saber, atualmente o plano de custeio prevê uma taxa de administração de 0,5% ao ano, além de receitas provenientes da Seguradora como agenciamento e comissionamento relativos à fatura de risco (contribuições específicas destinadas à contratação de capital segurado para morte e invalidez total e permanente).

O gráfico a seguir demonstra as diferentes fontes de recursos do Programa Administrativo e sua relevância à arrecadação ao longo dos últimos 36 meses.

Gráfico 3 - Fonte de recursos do Programa Administrativo – 36 meses



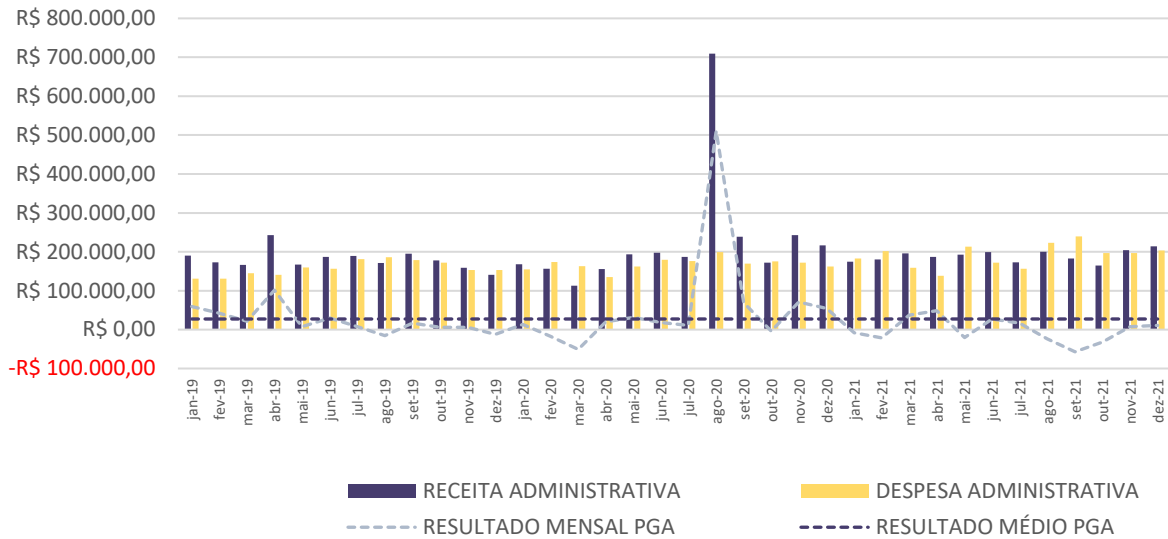
Pelo gráfico 3, se pode observar que aproximadamente 36% do total das receitas é proveniente da taxa de administração enquanto 55% são receitas advindas da Seguradora, seja pelo pagamento de agenciamento, comissionamento ou excedente do resultado técnico das apólices de seguro.

Observou-se nos últimos 12 meses uma receita administrativa média de R\$ 189.012,89 e uma despesa média de R\$ 190.297,37. Verificou-se também que houve uma redução de 4,01% no valor do Fundo Administrativo no último ano, nos sendo informado que ao longo do exercício aproximadamente R\$ 121 mil foram revertidos ao plano de benefícios, o que justifica aproximadamente 90% da redução observada.

Tal Fundo, em 31/12/2021, monta em R\$ 3.276.443,20, enquanto em 31/12/2020 era equivalente a R\$ 3.413.356,95. Observa-se desta maneira que o Fundo Administrativo se encontra atualmente em um patamar de sustentabilidade, visto que equivale a 17,22 meses de despesas administrativas, considerada a média do último exercício.

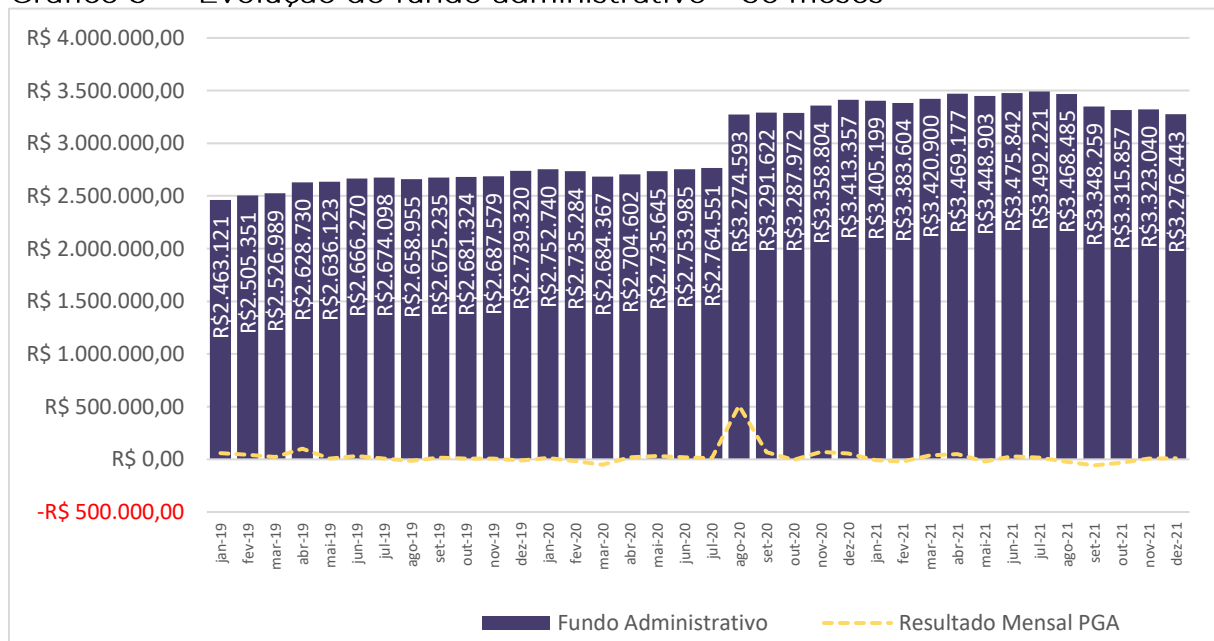
O gráfico a seguir, por sua vez, demonstra o histórico de receitas e despesas administrativas e o resultado mensal e médio do PGA, observados os últimos 36 meses.

Gráfico 4 - Histórico de Receitas e Despesas Administrativas - 36 meses



Por fim, o gráfico a seguir demonstra a evolução do saldo do Fundo Administrativo desde janeiro/2019, de modo a tornar mais elucidativa a visualização de como tal fundo se comportou ao longo do tempo:

Gráfico 5 - Evolução do fundo administrativo - 36 meses



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusivamente, atestamos o resultado de equilíbrio técnico do plano de benefícios, sendo que as informações constantes deste documento foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela OABPREV-SC referente à data base 31/12/2021.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2022.



Rafael Porto de Almeida
Atuário MIBA nº 1.738
Lumens Consultoria Atuarial



Karen Tressino
Atuário MIBA nº 1.123
Lumens Consultoria Atuarial